

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 10

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Investigados por lavagem com bets, Willer e Flávio dividem endereços, voos e parceiros comerciais

.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A tesoura de Flávio Bolsonaro: quem vai sentir o corte?.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Eleitores 70+ sobem 15,8% e ganham destaque.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS devolve R\$ 3,6 bi de fraudes a aposentados.....10

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

BPC evitou 13 milhões de internações e 571 mil mortes em três décadas no Brasil, diz estudo (SUS)

.....11

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência fora do debate: número de beneficiários tem subido mais rapidamente do que o de contribuintes

.....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula sanciona perdão de R\$ 12,6 bi para MEI.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PSB e PDT anunciam apoio à reeleição de Hugo Motta.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA votam sobre regras eleitorais que Trump quer influenciar.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O problema ambiental dos data centers.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Questão fiscal dá força a debate sobre revisão do papel do BNDES.....22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Economia argentina encolhe 1,7% em agosto.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Risco de bolha em IA e questão fiscal são perigo maior que alta de juro nos EUA.....24



Quinta-Feira, 22 de Outubro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Carta a Alckmin cobra ajuste fiscal e reformas 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Grupo propõe a candidatos "Plano Real" para os juros 28

Investigados por lavagem com bets, Willer e Flávio dividem endereços, voos e parceiros comerciais

São Paulo No centro de uma investigação da Polícia Federal por lavagem de dinheiro com bets , o candidato à presidência pelo Partido Liberal (PL), Flávio Bolsonaro , e o advogado Willer Tomaz dividem diversos endereços, voos e parceiros comerciais, segundo documentos consolidados pela Folha .

Após aparecerem as primeiras suspeitas de uma sociedade indireta entre Willer e Flávio, os dois reiteraram que os laços entre suas famílias eram apenas de amizade. Negaram também irregularidades.

Em cerca de 20 anos, Willer passou de dono de uma loja de computador em Taguatinga, cidade-satélite do Distrito Federal , em 1999, para um empreendedor em série, com empresas de radiodifusão, escritório especializado em precatórios, mineração, turismo, apostas online e sociedades com senadores, como Dr. Hiran (PP-RR) e Lobão Filho (MDB-MA).

A operação Sem Desconto, contra fraudes no **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), investiga repasses do advogado para o senador Weverton Rocha (PDT-MA) -ambos negam as denúncias. Pessoas com trânsito nos fóruns de Brasília dizem, sob condição de anonimato, que Willer é agnóstico em questão partidária.

A aproximação entre Flávio e o advogado teve início em 2019, quando Willer defendeu o ex-ministro do turismo de Jair Bolsonaro, Marcelo Álvaro Antônio, em uma denúncia por uso de candidaturas laranjas. Na CPI da Covid em 2021, aparece a primeira gravação em que Flávio chama o advogado de amigo.

Em 27 de julho de 2020, Flávio Bolsonaro visitou pela primeira vez uma ilha que, desde 2022, tem seus direitos de posse cedidos à WT Administração, uma empresa de gestão de ativos imobiliários de Willer.

O imóvel, avaliado em R\$ 10 milhões , está no centro de uma disputa judicial entre Willer e o jogador Richarlison , na qual Flávio Bolsonaro é testemunha. O atleta afirma que comprou o imóvel em 2020, antes de o endereço entrar no alvo de investidas jurídicas de Tomaz.

No meio de uma confusão burocrática sobre a validade da posse de Renato Pinto Cunha, que vendeu a propriedade a uma companhia de Richarlison, em 2022, o então secretário do Patrimônio da União, coronel Paulo da Silva Medeiros, cedeu a posse da mansão para Willer no mesmo dia em que ele protocolou uma certidão de autorização para transferência.

Em 13 de maio de 2022, uma liminar consolidou o entendimento que o direito de uso do espaço era de Willer. Vizinhos do local e o jogador Richarlison, entretanto, afirmam que é Flávio quem mais frequenta o local.

No último dia 17, o jogador Richarlison e um grupo de advogados pediram que a Polícia Federal investigue o envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (PL) na disputa pela posse de uma propriedade de luxo em Angra dos Reis (RJ). Segundo o atleta, o imóvel foi tomado "na mão grande" por meio de manobras judiciais.

O senador Flávio Bolsonaro negou qualquer atuação irregular, afirmando manter apenas relação de amizade com Willer Tomaz. Já o empresário sustentou que adquiriu legalmente os direitos sobre o terreno e desembolsou R\$ 5 milhões para regularizar pendências fiscais do imóvel, classificando os antigos ocupantes como invasores.

A ligação mais direta entre o senador e o advogado até agora, de acordo com a PF, foi a presença de Flávio como usuário master da conta bancária de pessoa jurídica da Alcazar Holdings, uma companhia de Willer registrada na Ilha da Madeira. A informação foi revelada pelo UOL e confirmada pela Folha .

Como mostrou a revista Piauí , Alcazar Holdings pode ter financiado a Cathedral, única acionista do conglomerado de bets Rede Loto. Esta empresa foi a primeira casa de apostas online a obter uma licença de operação no país, concedida pelo governo fluminense, como mostrou a Folha. O site da companhia se chamava BestBet.

A Rede Loto foi aberta em 17 de fevereiro de 2023,

cerca de dois meses antes de o governo fluminense iniciar o licenciamento de sites de apostas. O responsável pelos trâmites era o presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), Hazenclever Cançado, nomeado por Cláudio Castro, por sugestão de Flávio, e ex-colega de advocacia de Willer.

Em 27 de abril do mesmo ano, no dia em que a Loterj divulgou a publicação de edital de licenciamento de bets em um jornal de grande circulação pela primeira vez, a Rede Loto entregou uma pasta com 132 páginas de documentos, às 9h09.

Como a Loterj não exigia a informação dos beneficiários finais nos moldes da legislação federal, a documentação não informava os acionistas da Cathedral, incluindo Tomaz.

Hoje, são investigados pela PF por irregularidades no processo de licenciamento Tomaz, Flávio, e Castro, que negam irregularidades. Também está no alvo Cançado, que não responde à reportagem desde o último dia 14.

Willer ainda é o beneficiário final da RioPag, instituição que detém o monopólio do processamento de pagamentos do setor de apostas fluminense desde maio de 2023, após concorrência organizada por Cançado.

Como mostrou a Folha, a Loterj desclassificou uma empresa que propôs mais recursos ao estado nas operações financeiras de apostas esportivas online por um motivo peculiar: a ausência de um zero depois da vírgula. A decisão da autarquia liderada por Cançado foi contestada pela empresa concorrente, mas o resultado prevaleceu.

Após essa disputa, Willer assumiu 100% das ações da RioPag por meio da companhia Embrasis, segundo documentos da Jucepar (Junta Comercial do Paraná). Esta companhia foi a sua principal fonte de recursos em 2024 e lhe rendeu R\$ 67,79 milhões, segundo uma retificação de seu imposto de renda feita em 2025, revelada pelo ICL e vista pela Folha.

Uma ata de assembleia da Embrasis de dezembro de 2025 também aprova a distribuição dos lucros acumulados naquele ano para os acionistas: Willer e sua irmã, Christine Tomaz de Souza. Os pagamentos poderiam ser realizados até 2028, segundo o documento.

A RioPag faturou quase R\$ 188 milhões entre junho de 2023 e agosto de 2026, de acordo com dados da Loterj publicados primeiro pelo UOL. Desse total, 26,455% deveriam ser repassados aos cofres fluminenses, mas a autarquia cobra da RioPag uma

dívida de R\$ 9,4 milhões, além de uma multa de R\$ 4,8 milhões, pelo não pagamento integral deste percentual.

Willer diz que não responde pela administração da RioPag, e a companhia contesta a cobrança na Justiça.

Segundo investigações da Polícia Federal, Willer Tomaz e Flávio Bolsonaro compartilharam uma conta bancária de pessoa jurídica e viajaram juntos, ao lado de familiares, em jatos executivos para os Estados Unidos, Europa e África.

A sequência de viagens identificada pela PF teve início em janeiro de 2025, quando Flávio, sua esposa, duas filhas e Willer voaram de Fort Lauderdale (EUA) para Brasília. O trajeto foi realizado no jato Legacy 650 (prefixo PP-NLR), de propriedade da Fraction 024 Administração de Bem Próprio S.A. - sociedade controlada pela Prime You, fundada por Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. A aeronave é a mesma que, segundo a PF, seria usada em uma tentativa de fuga para Dubai. Willer afirmou ter custeado o trecho com horas de sua própria cota e declarou que os passageiros viajaram como seus convidados.

Para realizar o pagamento de R\$ 8,72 milhões à Fraction 024, o advogado utilizou a Alcazar Holdings, offshore registrada na Ilha da Madeira da qual é o único acionista e na qual Flávio figurava como usuário master da conta bancária.

Em abril de 2025, os voos executivos passaram a ser financiados pela Cathedral, empresa dona da casa de apostas Rede Loto. No dia 11 daquele mês, Willer e Flávio voaram de Lisboa para Nice, na França, em aeronave contratada junto à operadora NetJets.

Pouco depois, em 23 de maio de 2025, os dois embarcaram de Cascais - a 30 quilômetros da capital portuguesa - novamente rumo a Nice, acompanhados de familiares, de onde seguiram em novo voo para Paris. Ao todo, a Cathedral custeou pelo menos três trechos aéreos na Europa para o candidato do PL e o advogado.

Ainda estão no mesmo endereço empresas abertas em nome de Flávio e de Antônio Carlos Camilo, o Careca do **INSS**, ambos ligados a Tomaz por investigações contra lavagem de dinheiro da Polícia Federal. A coincidência foi revelada pelo site ICL.

A empresa de capacetes de grafeno, Bravo Grafena, da qual Flávio e o pai, Jair Bolsonaro, são sócios, está em na mesma sala comercial em Águas Claras, cidade-satélite do DF, do que a construtora de Camilo,

a RPLD.

O Careca do **INSS** tem um principal sócio, Alexandre Caetano dos Reis, cuja irmã, Letícia Caetano dos Reis, é diretora estatutária do escritório de advocacia de Flávio Bolsonaro. O endereço do escritório é a casa de R\$ 6 milhões, que Flávio quitou com um pagamento à vista de R\$ 3,4 milhões ao BRB (Banco de Brasília) .

O UOL revelou que o escritório de advocacia de Flávio emitiu ao menos R\$ 13,7 milhões em notas fiscais entre janeiro de 2023 e julho de 2026. Metade dessas notas foi emitida para pagamento por outros advogados.

Em notas anteriores, Flávio afirmou que as notícias sobre seu escritório são tentativas de criminalizar a advocacia.

Site: <https://c-level.folha.uol.com.br/negocios/2026/10/investigados-por-lavagem-com-bets-willer-e-flavio-dividem-enderecos-voos-e-parceiros-comerciais.shtml>

A tesoura de Flávio Bolsonaro: quem vai sentir o corte?

Flávio Bolsonaro importou da Argentina de Javier Milei uma tesoura que, segundo ele, vai cortar R\$ 250 bilhões de gastos do governo federal. O que ainda não se sabe é para onde o candidato, caso eleito, pretende apontá-la. Se o caminho for o mesmo de Mi-lei, que inspira a política econômica de Flávio, a estrutura de proteção social do Estado brasileiro está em risco.

A cifra apareceu nas discussões de sua equipe econômica, mas ainda não foi acompanhada de uma explicação convincente sobre sua execução. Flávio nega que pretenda atingir benefícios sociais ou retirar recursos da saúde e da educação. Resta saber como produzir uma economia dessa dimensão sem afetar serviços essenciais, especialmente num orçamento em que boa parte das despesas já tem des-tinação obrigatória.

Ninguém discute que o Brasil precisa cuidar de suas contas. Desperdícios devem ser combatidos, estruturas precisam ser aperfeiçoadas e o dinheiro público deve ser gasto com responsabilidade. Mas há uma diferença considerável entre administrar melhor o Estado e simplesmente reduzir sua capacidade de atuação. Um corte pode melhorar uma planilha e, ao mesmo tempo, produzir um prejuízo muito maior para a sociedade.

Há, aliás, uma conta bilionária que costuma ficar longe das tesouras. Segundo levantamento

da Unafisco Nacional, os benefícios tributários devem ultrapassar R\$ 900 bilhões em 2026. Desse total, cerca de R\$ 618 bilhões são classificados pela entidade como privilégios fiscais, por não apresentarem contrapartidas econômicas ou sociais adequadamente comprovadas.

É evidente que nem toda isenção constitui privilégio. Há incentivos necessários ao desenvolvimento, à geração de empregos e à redução das desigualdades. Mas há também benefícios que atravessam governos sem avaliações consistentes sobre seus resultados. Por que não começar por eles? Por que o orçamento de um hospital ou de uma universidade precisa justificar cada centavo, enquanto vantagens tributárias bilionárias nem sempre enfrentam o mesmo escrutínio?

E há uma contradição adicional nessa história. Para

enfrentar privilégios fiscais, combater a sonegação e melhorar a arrecadação, o Brasil precisa de estruturas de fiscalização fortes. Mas o exemplo argentino, que serve de inspiração a Flávio Bolsonaro, aponta para outra direção.

Em outubro de 2024, Javier Milei dissolveu a Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP), equivalente à **Receita Federal** brasileira, e criou em seu lugar a Agência de Arrecadação e Controle Aduaneiro (ARCA). A reforma foi anunciada com a previsão de desligamento de 3.155 funcionários, redução de 45% dos cargos superiores e eliminação de gratificações de dirigentes. Era mais um capítulo da política de cortes que ficou conhecida como "motosserra".

O caso argentino traz uma pergunta incômoda para o debate brasileiro: como enfrentar a sonegação e rever privilégios tributários sem preservar a capacidade do Estado de fiscalizar? Afinal, não basta querer arrecadar melhor. É preciso ter quem fiscalize, investigue e cobre os **tributos** devidos.

Nós, que representamos **servidores públicos**, conhecemos as limitações e os problemas da administração brasileira. Não defendemos desperdícios, estruturas ineficientes ou privilégios corporativos. Defendemos um Estado eficiente. E sabemos, pela experiência de quem acompanha diariamente a execução das políticas públicas, o que acontece quando faltam profissionais, equipamentos e recursos.

O resultado aparece nas filas do SUS, nas escolas sem estrutura, na fiscalização insuficiente, na demora para conceder benefícios e na dificuldade de levar serviços aos municípios mais distantes. Cortar recursos pode ser uma decisão tomada em Brasília, mas suas consequências são sentidas muito longe dos gabinetes.

É preciso também abandonar a ideia de que o serviço público existe apenas para consumir recursos. Uma fiscalização eficiente combate a sonegação e protege a arrecadação. A vigilância sanitária evita doenças e prejuízos. A educação forma profissionais. A pesquisa pública produz conhecimento e tecnologia. Há despesas que representam investimentos na capacidade do próprio país de crescer e prosperar.

O debate sobre os R\$ 250 bilhões, portanto, não pode ficar restrito à promessa de um número vistoso. É preciso saber de onde sairão os recursos, quais atividades serão atingidas e quem suportará as consequências. Também é necessário discutir as renúncias fiscais, os subsídios e as distorções que recebem muito menos atenção do que os gastos com serviços públicos.

O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, mas não pode confundi-la com o desmonte de sua estrutura de proteção social. A tesoura pode até ser útil para eliminar desperdícios e privilégios. O que não podemos admitir é que ela encontre sempre o mesmo destino: os serviços de que a população mais precisa.

Eleitores 70+ sobem 15,8% e ganham destaque

"Vou votar enquanto estiver viva. A urna é depósito de sonhos" Sonia de Menezes

A disputa acirrada nesta eleição presidencial e o envelhecimento da população brasileira deram protagonismo, no pleito de 2026, aos eleitores de 70 anos ou mais, faixa etária em que o voto deixa de ser obrigatório. O número de brasileiros com 70 anos ou mais aptos a votar cresceu 15,8% desde o último pleito presidencial, em 2022, e atingiu 17,25 milhões. Na média do eleitorado, o aumento foi de apenas 1,46%. Com isso, a fatia dos 70+ no eleitorado brasileiro passou de 9,5% para 10,9%.

Ao mesmo tempo, a abstenção caiu entre os eleitores mais velhos. Se considerados os primeiros turnos das eleições presidenciais desde 2014, o comparecimento às urnas avança desde então e ficou em mais da metade (50,8%) dos eleitores de 70 anos ou mais em 2026, mostram dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reunidos pelo Movimento Voto 70+. Esses percentuais foram de 36,4% em 2014, 37,3% em 2018 e 41,1% em 2022. Nesse grupo, quanto maior a idade, menor é a parcela dos votantes.

O Movimento Voto 70+ foi lançado em abril para ampliar a participação desse público nas decisões eleitorais. O foco inicial foi na regularização dos títulos e troca para seções eleitorais próximas das moradias, para reduzir barreiras ao voto. Desde então, foram realizados diferentes levantamentos para entender melhor esse eleitor.

Para especialistas ouvidos pelo Valor, a maior presença de idosos nas eleições está ligada a alta no número de eleitores aptos nessa faixa etária, população idosa mais ativa, polarização política e proximidade da parcela de intenção de votos nos dois principais presidenciáveis. Nesse cenário, o voto dos 70+ passou a ser mais disputado. A possibilidade de usar o voto como prova de vida do **INSS** também ajuda no comparecimento às urnas.

A campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem explorado essa bandeira. Mais recentemente, os reajustes de aposentadorias - tema de interesse desse grupo - foram incluídos nos debates das campanhas de Lula e de Flávio Bolsonaro (PL).

"Por ser um grande segmento com voto facultativo, o comparecimento desses eleitores é elástico: depende de motivação, saúde, transporte e do sentimento de que o voto faz diferença", afirma a doutora em ciência política Carolina Botelho, que é associada ao Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (Doxa/Iesp/Uerj) e pesquisadora do INCT/Sani/CNPq.

"Do ponto de vista dos candidatos, é um segmento cada vez mais relevante, sobretudo em eleições apertadas", completa.

Uma enquête feita pelo Movimento Voto 70+ mostra as percepções desse eleitor, com o tema "O Brasil que os 70+ sonham". A desigualdade social foi o tema mais mencionado entre as preocupações (35%), seguido por questões relacionadas a etarismo e direitos de pessoas idosas (25%) e corrupção e polarização política (20%).

Apreensões relacionadas às condições de vida e às políticas públicas também aparecem citadas

nos 3.535 questionários analisados, além de 159 depoimentos espontâneos e 814 manifestações em sistema (bot) criado para a campanha. O levantamento busca dar uma visão geral dos sentimentos desse eleitor, mas não é uma pesquisa amostral, que reproduz o perfil da população brasileira.

Um dos fenômenos observados foi a chamada baixa autoestima eleitoral, segundo a idealizadora do Movimento Voto 70+ e cofundadora do data8, Cléia Klouri: "As pessoas sentem que não são ouvidas e seus votos não têm importância. Há também quem acha que o resultado da eleição não terá impacto na sua vida e quem quer votar, mas enfrenta barreiras físicas."

Esse sentimento de baixa autoestima política observado em parte dos idosos, no entanto, não é unânime. A baiana Sonia Maria Rodrigues de Menezes, de 77 anos, é uma eleitora entusiasmada. Hoje mora em Lucena (PB) e tem se dedicado a debates na comunidade para conscientizar sobre a importância do voto dos idosos:

"Vou votar enquanto estiver viva. Políticas públicas são diferentes

de política partidária. É preciso debater educação, saúde e cultura. Tem idoso que não sabe seus direitos. E a urna é depósito de sonhos".

Essa perspectiva foi justamente a inspiração para o lançamento da enquete "O Brasil que os 70+ sonham", com o objetivo de mostrar o que os 70+ têm em termos de ambições e necessidades.

"Desigualdade social e o etarismo aparecem de maneira ampla entre preocupações. Isso demonstra a invisibilidade nesse grupo. Também são uma lembrança de que o envelhecimento é muito desigual. O Brasil está envelhecendo e envelhecendo pobre", diz Klouri.

Como referência, o Mapa da Desigualdade 2026 aponta que moradores da periferia de São Paulo vivem até 24 anos a menos do que

quem reside em regiões nobres.

Na questão do etarismo, Cléa Klouri nota que isso pode aparecer no exercício do direito ao voto. A própria família desincentivaria a participação na eleição numa tentativa de poupar o idoso do esforço de deslocamento, por exemplo.

Para o cientista político e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Hilton Cesário Fernandes, há um movimento diferente neste pleito, diante de um placar apertado, que é a maior importância dos votos dos mais velhos: "A concorrência entre Lula e Flávio está forte e há sentimento de que cada voto conta. A campanha de Lula tem incentivado a mobilização das famílias para levar para votar mesmo quem não é obrigado. Temos visto mobilização nas redes sociais de militantes do PT."

Um alerta, segundo Fernandes, é um possível aumento de agressividade na reta final da campanha que desmotive a participação de quem tem 70 anos ou mais. "Essa agressividade não significa risco de violência, mas de entrar em conflito com outras pessoas, especialmente da família", nota.

INSS devolve R\$ 3,6 bi de fraudes a aposentados

O **INSS** devolveu R\$ 3,6 bilhões a 5,1 milhões de aposentados e pensionistas que contestaram descontos indevidos em seus benefícios após o escândalo das mensalidades associativas, na Operação Sem Desconto, desencadeada em 2025 pela CGU (Controladoria-Geral da União) e a Polícia Federal.

Há ainda 1,6 milhão de segurados que aguardam os valores após as associações contestarem os pedidos. Neste caso, o pagamento aguarda que o Judiciário analise as provas para que o instituto e o Ministério da **Previdência Social** possam fazer a devolução.

O balanço dos valores foi apresentado nesta quarta-feira (21) pelo ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, durante o 47 Congresso Brasileiro de Previdência Privada realizado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**).

Queiroz afirma que a tendência é que a Justiça, após fazer a análise das provas de quem pediu o ressarcimento e teve a contestação do pedido feito pela associação ou sindicato, libere o pagamento. Segundo ele, os valores estão separados para serem pagos aos aposentados. "Dinheiro tem. Eu tenho visto que a linha do Judiciário é de pagar", disse.

O prazo para contestar os descontos indevidos foi encerrado em 20 de junho, após 11 meses da abertura. Para o ministro, o 1,6 milhão que ainda espera é um "residual" de uma "operação bem-sucedida", que evitou um número grande de processos na Justiça, já que as pessoas poderiam ir ao Judiciário em busca dos valores.

"Acho que foi bem-sucedido e foi um número gigantesco. Foi a maior conciliação da história do Brasil. Nós evitamos judicializações, porque seriam 5 milhões de processos judiciais", afirmou.

Sobre o que ainda não receberam, o ministro diz que é preciso haver contraprova quando há documentos contestados. Em um dos exemplos citados, diz que quando o segurado afirma que a assinatura no documento de autorização do desconto não é dele, e a associação afirma que é, é preciso uma perícia, e isso é feito por perito especializado na Justiça.

A Operação Sem Desconto identificou montante de R\$ 6,3 bilhões descontados de beneficiários do **INSS** entre 2019 e 2024, entre valores legais e ilegais. A Justiça bloqueou bens e valores de associações, sindicatos e pessoas físicas investigadas.

Para obter o ressarcimento, o **INSS** entrou com 45 ações de cobrança contra entidades associativas e acompanha a tramitação dos processos na Justiça.

BPC evitou 13 milhões de internações e 571 mil mortes em três décadas no Brasil, diz estudo (SUS)

Ana Bottallo

O BPC (Benefício de Prestação Continuada), programa de assistência do governo federal a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos em situação de vulnerabilidade, evitou, em 30 anos, mais de 13 milhões de internações pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e 571 mil mortes.

De acordo com a análise, publicada em pré-print (ainda sem revisão de pares) na terça-feira (20), para cada aumento de um ponto percentual na cobertura do programa houve redução de 2,9% no número de hospitalizações, 0,6% na mortalidade e 3,9% nos anos de vida vivendo com alguma doença (conhecido como DALYs, na sigla em inglês, ou anos de vida saudável perdidos em decorrência de mortes prematuras e condições de saúde incapacitantes).

Entre 1996 e 2023, cada R\$ 1 investido no BPC gerou benefícios econômicos estimados em R\$ 3,81 para a sociedade.

O estudo foi desenvolvido pelo Health Project, do grupo IMPACThealth, coordenado por Davide Rasella, do ISGlobal, em Barcelona, e tem primeira autoria da pesquisadora Daniella Medeiros Cavalcanti, pesquisadora da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e professora na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Com 6,5 milhões de beneficiários diretos, o BPC foi criado no início da década de 1990 e começou a ser pago em 1996. O programa não exige contribuição ao **INSS**, mas o beneficiário deve ter renda familiar por pessoa de até um quarto do salário mínimo.

A análise considerou dados de todos os 5.570 municípios do país coletados junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dados de hospitalizações e mortalidade do DataSUS e informações sobre carga de doença (DALY), anos de vida perdidos (YLLs, em inglês) e anos de vida vivendo com deficiência (YLDs) do Global Burden of Disease (GBD), produzido a cada dois anos pelo Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME).

Em termos de proteção, foram evitadas 13.011.645 hospitalizações e 571.019 mortes de 1996 a 2025 (3,44% e 1,53% do total de internações e óbitos no período), diz o estudo. O BPC também passou de uma cobertura de 0,82% (1,2 milhão de pessoas), em 1996, para 7,2% dos domicílios (ou 14,8 milhões de pessoas, considerando beneficiários diretos e indiretos), em 2025.

A pesquisa também aponta redução de 5% na mortalidade infantil a cada aumento de um ponto percentual na cobertura do BPC. Uma das explicações é que avós idosos cuidam de crianças enquanto os pais trabalham.

"Os beneficiários do programa são, em geral, representantes da parcela da população mais vulnerável, idosos e pessoas com deficiência de famílias de baixa renda. O que nosso estudo mostra é que o ganho em saúde não é apenas ao beneficiário direto, o que por si só já seria muito importante, mas para toda aquela família e entorno do beneficiário", diz Cavalcanti.

O estudo avaliou os efeitos do BPC na saúde em três décadas. Segundo Cavalcanti, os dados foram corrigidos pela **inflação**, e as estimativas econômicas se basearam em custos de hospitalização do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em um cenário sem nenhuma expansão do programa a partir de 1996, o país teria arcado com custos na ordem de R\$ 25,3 bilhões apenas com hospitalizações.

"Considerando o cálculo de hospitalização por pessoa e trazendo os valores de 1996 para a realidade econômica de 2025, só de economia hospitalar foram R\$ 25 bi. Outro dado, mais importante, é quanto a sociedade ganhou evitando os anos de vida perdidos por morte ou deficiência, que é da ordem de R\$ 4 trilhões", diz.

"Os benefícios econômicos e sociais estimados superaram os custos do programa ao longo desses anos."

A pesquisa também fez simulações de três cenários para o próximo quadriênio (até 2030): uma na qual seria mantida a vinculação atual, de até um quarto do salário mínimo para ser incluído no BPC; outra com expansão progressiva para até metade do salário mínimo; e uma terceira, com recuo, com desvinculação do benefício ao salário mínimo e acesso progressivamente limitado até o valor de R\$ 218 de renda por pessoa por mês, conforme é hoje no Bolsa Família .

Este último cenário é o que está na proposta do candidato Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência da República, que defende a desvinculação dos reajustes do BPC ao salário mínimo , além de "tesouração" na saúde .

No cenário de expansão, o estudo mostra que seriam evitadas 2,55 milhões de internações e 43.731 mortes até 2030.

Já o recuo do programa iria provocar cerca de 1,5 milhões de hospitalizações e quase 25 mil mortes adicionais no mesmo período. Segundo a pesquisadora, cortes podem desproteger parcela crescente da população vulnerável .

"O debate em torno do BPC ganha ainda mais importância. Propostas de alteração dos critérios ou de desvinculação ao salário mínimo podem ter consequências importantes para a população mais vulnerável. Nosso estudo busca contribuir com evidências científicas para esse debate, mostrando que medidas de restrição, mesmo quando justificadas pela necessidade de reduzir gastos, podem gerar custos adicionais para a saúde e a sociedade", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2026/10/bpc-evitou-13-milhoes-de-internacoes-e-571-mil-mortes-em-tres-decadas-no-brasil-diz-estudo.shtml>

Previdência fora do debate: número de beneficiários tem subido mais rapidamente do que o de contribuintes

A quatro dias do segundo turno da eleição presidencial, nenhum dos dois candidatos diz o que pretende fazer para enfrentar o crescimento da despesa com a **Previdência Social**, o maior gasto da União. O plano do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que busca a reeleição, é ampliar a cobertura previdenciária com a inclusão de trabalhadores de aplicativos e novas fontes de custeio, sem mexer no cálculo dos benefícios.

O do candidato Flávio Bolsonaro (PL) fala em combater fraudes e digitalizar o **INSS**. Os dois prometem manter a política de reajuste acima da **inflação** do salário mínimo, apontada por especialistas como uma das principais causas da alta de gastos, e a vinculação com as aposentadorias e pensões.

Estudo do especialista Rogério Nagamine revela que o universo de brasileiros que contribuem para a aposentadoria cresceu em uma década, passando de 59,9 milhões para 67,5 milhões. A alta foi de 12,8% entre 2015 e 2025 e abrange trabalhadores do setor privado e **servidores públicos** da União, dos estados e municípios. Apesar do avanço da cobertura previdenciária no país, a quantidade de beneficiários cresceu mais rapidamente.

Fraude no **INSS**: governo já devolveu R\$ 3,6 bi a 5,1 milhões de aposentados e pensionistas, mas ainda não recuperou recursos, considerando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. O estudo também tem como base dados oficiais.

- O crescimento de contribuintes ocorreu de forma bastante moderada e abaixo do aumento de beneficiários de aposentadoria e pensão por morte - afirmou Nagamine.

Entre 2015 e 2025, a proporção entre contribuintes e aposentados caiu de 2,5 para 2,3, e a tendência é de uma queda acelerada nessa relação, diante do rápido processo de envelhecimento da população brasileira.

O estudo cita também o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos de baixa renda que nunca contribuíram para o sistema ou recolheram abaixo do exigido. Nesse caso, a relação entre contribuinte e

beneficiário foi de dois ativos para um inativo em 2025. O estudo projeta que essa relação irá cair para um para um na década de 2050.

Considerando só trabalhadores do setor privado, o total de beneficiários subiu de 29,8 milhões para 36,5 milhões entre 2015 e 2025. A expansão média foi de 2% ao ano.

O estudo aponta que, a partir de 2030, a tendência é de queda no número de contribuintes para a Previdência: de um lado, a expectativa é de retração da força de trabalho; de outro, de aumento na quantidade de beneficiários.

O levantamento mostra que, em 2070, o total de contribuintes estaria 22% abaixo do registrado em 2025. Já o total de beneficiários dobraria no período, algo em torno de 102,5%, com crescimento médio de 1,6% ao ano.

De acordo com o levantamento, a ampliação da cobertura previdenciária ocorreu de forma heterogênea no país, sendo maior nas regiões menos povoadas e menor onde a densidade populacional é maior, como no Sudeste e no Nordeste.

O Rio de Janeiro, um dos estados com uma parcela maior de pessoas na faixa etária de 65 anos ou mais, registrou queda de 3,5% no número de contribuintes. Foi o único ente da federação com recuo: entre 2015 e 2025, passou de 5,052 milhões para 4,814 milhões.

Em 2025, o déficit dos regimes previdenciários dos trabalhadores do setor privado, **servidores públicos** federais e militares das Forças Armadas atingiu R\$ 440 bilhões. Pelo sistema vigente no país, trabalhadores ativos ajudam a pagar os benefícios dos inativos. A receita total com as contribuições, porém, não cobre as despesas com os benefícios.

De acordo com a proposta orçamentária de 2027 enviada ao Congresso em agosto, a despesa com benefícios para a União foi projetada em R\$ 1,4 trilhão e vai representar cerca de metade dos gastos primários. Os números mostram que a Reforma da Previdência de 2019, que fixou idade mínima para

aposentadoria, mostrou-se insuficiente para tornar o regime sustentável.

Segundo Nagamine, além de uma nova reforma será preciso adotar políticas públicas para reduzir a informalidade. Ele cita como exemplo medidas que estimulem a participação de mulheres no mercado de trabalho, a fim de favorecer a conciliação de cuidados com crianças e idosos.

Ele também alertou que regimes simplificados como o do microempreendedor individual (MEI) podem fragilizar ainda mais a Previdência porque as contribuições, equivalentes a 5% do salário mínimo, são insuficientes para pagar os benefícios no futuro. O déficit atuarial, cálculo que traz a valor de hoje compromissos a vencer em 75 anos, é estimado em cerca de R\$ 800 bilhões.

- É necessário um debate mais profundo a respeito do financiamento da Previdência a médio e longo prazos. Contudo, os horizontes da classe política, muitas vezes, são mais restritos do ponto de vista temporal - disse Nagamine.

O economista Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) e colunista do GLOBO, disse considerar "grave" o fato de o atual presidente e o opositor não incluírem de maneira clara no plano de governo medidas para assegurar a sustentabilidade do regime previdenciário do país:

- Campanha e eleição não mudam a realidade econômica - disse Tafner.

Segundo o economista e pesquisador associado do Ibre da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fabio Giambiagi, o problema da Previdência deveria ser enfrentado em 2027, independentemente de quem vencer as eleições. Ele destacou que a despesa com a Previdência, considerando só o **INSS**, que fechou 2022 em 7,91% do Produto Interno Bruto (**PIB**), deverá atingir 8,28% do **PIB** no fim deste ano:

- Se não fizermos uma reforma previdenciária em 2027, tudo indica que a conta em 2030 será ainda mais salgada. Essa situação revela a covardia generalizada do conjunto de forças políticas do país em expor de forma franca o problema para a sociedade.

Para o especialista Leonardo Rolim, ex-presidente do **INSS**, as mudanças na demografia por si só impõem desafios ao sistema previdenciário brasileiro. Ao citar dados do IBGE, ele observou que em 2070 haverá 61 milhões de pessoas com mais de 65 anos que podem se aposentar pelas regras atuais, considerando

trabalhadores que estão entrando no mercado com 21 anos.

- Isso é quase três vezes o número atual. Já o número de pessoas em idade ativa será de 113 milhões, que representa 34 milhões a menos do que temos hoje. Mesmo se todas as pessoas em idade ativa contribuíssem para a Previdência, a relação não chegaria a dois contribuintes para um beneficiário, quando o necessário para o sistema ser viável seria pelo menos três para um - afirmou Rolim.

Segundo ele, isenções e subsídios deveriam ser revistos, e o regime do MEI precisaria ser aperfeiçoado:

- É indispensável promover uma mudança estrutural no modelo de financiamento do regime geral de Previdência, diante do rápido processo de envelhecimento da população brasileira. O combate às fraudes ajuda a controlar as despesas, mas no curto prazo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/10/22/pr-evidencia-fora-do-debate-numero-de-beneficiarios-tem-subido-mais-rapidamente-do-que-o-de-contribuintes.ghtml>

Lula sanciona perdão de R\$ 12,6 bi para MEI

» FERNANDA STRICKLAND » RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, ontem, a lei que aumenta o teto de faturamento anual do microempreendedor individual (MEI) de R\$ 81 mil para R\$ 140 mil até 2028 e perdoa R\$ 12,6 bilhões em dívidas.

Na mesma cerimônia, no Palácio do Planalto, Lula encaminhou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para financiar a gratuidade do transporte público coletivo. Em seu discurso, o presidente defendeu a oferta de passagens gratuitas aos sábados, domingos e feriados e afirmou que o evento talvez seja seu último ato oficial até o próximo domingo, dia do segundo turno das eleições.

"Talvez esse seja o último ato que eu assino como presidente da República até o dia 25 de outubro" declarou. As medidas integram iniciativas do governo para reduzir o endividamento dos pequenos empreendedores e aliviar o orçamento das famílias.

A Lei Complementar nº 186/2026 estabelece novas regras para os microempreendedores individuais. Entre as principais mudanças estão o perdão de débitos tributários, o aumento do limite de faturamento anual e a possibilidade de contratar mais funcionários.

O pacote Próspera MEI também prevê renegociação de dívidas bancárias pelo Desenrola 3.0, apoio não reembolsável de até R\$ 5 mil para investimentos e simplificação de obrigações fiscais. Os MEIs poderão ser dispensados da emissão de nota fiscal nas vendas para pessoas físicas, enquanto os nanomeis terão dispensa de notas fiscais em todas as vendas e da criação de CNPJ, conforme as regras anunciadas. Ao todo, o governo estima que 17,6 milhões de empreendedores possam ser beneficiados pelo pacote.

As mudanças para os MEIs terão efeitos em etapas. O perdão das dívidas está previsto para 1º de janeiro de 2027, enquanto o limite de faturamento aumentará para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. É importante destacar que o perdão não abrange qualquer obrigação financeira. Dívidas bancárias, empréstimos, obrigações trabalhistas e **tributos** estaduais ou municipais não estão automaticamente

incluídos na medida, como explica o advogado Especialista em Direito do Trabalho Igor Bezerra Alves.

"Também não haverá devolução dos valores que já tenham sido pagos. Existe ainda uma condição importante: para manter o benefício, o empreendedor deverá pagar regularmente as contribuições mensais com vencimento nos seis meses seguintes à entrada em vigor da medida, em 1º de janeiro de 2027. O descumprimento desta obrigação poderá resultar no cancelamento do perdão" lembra o especialista.

Outro detalhe destacado por Bezerra Alves é que a legislação preserva o direito ao benefício mesmo diante de determinadas alterações cadastrais posteriores à sua publicação. "Também é importante lembrar que a possibilidade de contratar dois empregados não afasta as responsabilidades trabalhistas e previdenciárias. O empreendedor continuará obrigado a observar o registro formal, o pagamento de salários, férias, décimo terceiro, FGTS e demais direitos dos trabalhadores", frisa.

O especialista ainda recomenda que o empresário não deve escolher o MEI olhando apenas para o valor dos **impostos** a serem pagos. Segundo ele, uma **economia** tributária imediata pode acabar se transformando em um prejuízo muito maior se o enquadramento não for adequado à realidade da empresa.

"Antes de tomar essa decisão, recomendo avaliar o faturamento atual e o que se espera alcançar nos próximos anos, o número de empregados, os custos operacionais e, principalmente, se a atividade desenvolvida é permitida nesse regime. Não adianta conseguir uma tributação reduzida agora e, posteriormente, enfrentar cobranças retroativas, multas ou problemas trabalhistas por descumprimento das exigências legais", aconselha o advogado.

Na avaliação do presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, Jo-seph Couri, as medidas positivas sancionadas pelo presidente Lula condizem com a defesa de correção do teto defendida pelo setor nos últimos anos.

Mesmo com as melhorias, ele acredita que a ampliação do teto poderia ser adotada também para

as empresas do Simples Nacional, além da questão do perdão das dívidas. Outras pautas do setor que devem ser consideradas também incluem uma correção de itens da

reforma tributária e que o setor deve continuar com o trabalho de levar ao governo essas reivindicações.

"A medida não abarca todas as solicitações ou reivindicações das empresas do MEI. Claro que a correção automática seria muito bem vinda. Resolveu 100% dos problemas? Não. Resolveu boa parte dos problemas? Sim. Está na direção correta? Sim. Pode ser melhorado? Como em tudo na vida, pode ser melhorado, mas as medidas são boas porque

elas auxiliam as empresas do MEI e nessa base pequena da pirâmide do Simples", avalia Couri.

Tarifa Zero

A PEC enviada por Lula ao Congresso prevê destinar pelo menos 26,8% dos recursos anuais das emendas parlamentares individuais e de bancada de execução obrigatória ao custeio da gratuidade do transporte público coletivo

urbano. Considerando os R\$ 44,8 bilhões previstos em emendas obrigatórias no orçamento de 2027, a estimativa do governo é de que aproximadamente R\$ 12 bilhões sejam direcionados ao transporte gratuito.

A proposta busca viabilizar a gratuidade das passagens, com potencial para começar aos sábados, domingos e feriados. Os recursos deverão ser transferidos aos entes federados responsáveis

pelos serviços, sem reduzir a parcela constitucional destinada à saúde. Durante o discurso, Lula afirmou que a medida pretende permitir que trabalhadores aproveitem os períodos de descanso para visitar parentes, encontrar amigos e realizar atividades de lazer sem comprometer parte do orçamento com o transporte.

"É justo que a gente faça com que o transporte seja gratuito no final de semana e feriado para que essas pessoas, ao terem tempo para descansar, possam visitar um parente, possam visitar um filho, possam visitar um pai, possam visitar um compadre, possam visitar um grupo de amigos e também receber as visitas", afirmou.

O presidente relacionou a iniciativa à discussão sobre o fim da escala de trabalho 6x1, que prevê seis dias de trabalho para um de descanso. Segundo ele, ampliar o tempo livre dos trabalhadores precisa vir acompanhado de condições para que possam

aproveitar as folgas.

Lula também relatou dificuldades que enfrentou quando trabalhava na indústria em São Paulo, período em que caminhava longas distâncias por não ter dinheiro para pagar a passagem. "Não foram poucas as vezes em que eu andava 8 km a pé porque não tinha uma maldita moeda para pagar o transporte" contou. O presidente afirmou que pretende avaliar os resultados da medida antes de ampliar a gratuidade. "A gente não vai poder fazer tudo de uma vez, mas a gente está começando uma experiência rica para saber se essas coisas dão certo", declarou.

Calendário

As mudanças para os MEIs terão efeitos em etapas. O perdão das dívidas está previsto para 1º de janeiro de 2027, enquanto o limite de faturamento aumentará para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Já a Tarifa Zero depende da aprovação da PEC pelo Congresso Nacional. A proposta prevê efeitos sobre a destinação dos recursos a partir do orçamento de 2027, mas a gratuidade ainda não está garantida. Se aprovada e implementada, a iniciativa poderá reduzir os gastos das famílias com deslocamentos nos fins de semana e feriados, ampliando o acesso ao lazer, à cultura e à convivência familiar.

PSB e PDT anunciam apoio à reeleição de Hugo Motta

Em mais um passo das articulações para a sua recondução à Presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (RepublicanosPB) conquistou o apoio formal do PSB e do PDT à sua reeleição. Com a adesão, o bloco de apoio a Motta já reúne 12 partidos no arco de aliança.

Em nota divulgada pelas legendas, as agremiações defendem o apoio a Motta para enfrentar "o avanço da extrema direita" na composição da Câmara. "Diante da atual conjuntura política e institucional, marcada pelo avanço da extrema direita na composição da Câmara dos Deputados, entendemos que a construção de uma maioria com o centro democrático é fundamental para assegurar governabilidade, enfrentar as ameaças autoritárias e preservar o equilíbrio entre os Poderes, a autonomia das instituições e o sistema de freios e contrapesos, pilares essenciais da democracia brasileira".

No texto, PSB e PDT dizem que vão apoiar a reeleição de Motta "em defesa da estabilidade institucional, do diálogo democrático, da democracia brasileira e do avanço das pautas de interesse do povo brasileiro".

As duas siglas ligadas ao campo progressista se unem ao bloco formado por partidos do Centrão que já sinalizaram que caminharão unidos em 2027. União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, federação PSDB-Cidadania e Podemos já haviam declarado que Motta terá apoio do bloco para iniciar o diálogo em busca de convergência e unidade em torno de sua reeleição à Presidência da Câmara.

O PDT e o PSB destacaram, no **comunicado** divulgado após a reunião com Motta, que, ao longo da atual gestão, a Câmara dos Deputados avançou em temas classificados como "fundamentais para o país", como o fim da escala 6x1, a **reforma tributária**, a PEC que garante financiamento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e medidas voltadas ao fortalecimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs), "entre outras iniciativas importantes para a promoção da justiça social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população".

"Nesse contexto, os dois partidos reconhecem a importância de dar continuidade à construção de uma agenda legislativa comprometida com os direitos dos

trabalhadores, a redução das desigualdades e o desenvolvimento do Brasil", afirmam as legendas.

Motta tem buscado atrair apoio dos partidos de centro e também de esquerda para sua recondução em meio às especulações sobre a eleição para a Mesa Diretora da Câmara após o resultado das urnas no primeiro turno - quando o PL conquistou a maioria das cadeiras na Casa. O partido de direita elegeu 121 deputados, tornando-se a maior bancada da Câmara e passou a ventilar que apoiaria um nome alternativo ao de Motta para a presidência da Casa. A eleição para a cúpula do Congresso acontece em fevereiro de 2027.

Como mostrou o Valor, apesar da resistência de parte expressiva da bancada do PL ao nome de Motta para presidir a Casa, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, fez um acordo com o dirigente do Republicanos, Marcos Pereira, e trocou o apoio à recondução do parlamentar pelo endosso à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno. O atual presidente da Casa preferia a neutralidade, já que fez campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na primeira rodada eleitoral.

Integrantes do PL, no entanto, defendem que por ter uma bancada expressiva, há direito de pleitear a presidência. Um dos principais nomes citados é o do deputado Altineu Côrtes (PL-RJ). Há também um mapeamento de quantas comissões o PL teria direito à primeira pedida proporcionalmente ao tamanho da bancada.

Para frear a tentativa do PL de ocupar os principais postos na Casa, o Centrão e os partidos de esquerda já se articulam para manter a força e a divisão de espaços na Mesa Diretora e comissões legislativas. Apesar de ainda não ter uma posição formal, nos bastidores, parlamentares do PT também defendem uma composição com Motta para frear as pretensões do PL de lançar uma candidatura adversária.

EUA votam sobre regras eleitorais que Trump quer influenciar

Eleitor da Califórnia decidirá se bilionários devem ser taxados em 5% da riqueza

Além de deputados, senadores e governadores, em 40 estados os americanos vão às urnas no dia 3 para votar em 145 propostas regionais, segundo levantamento da enciclopédia digital Ballotpedia.

Os temas mais comuns envolvem direitos constitucionais gerais - como ações afirmativas, aborto, porte de arma, procedimentos médicos para menores transgêneros e religião -, emissões de títulos e educação pública. Os estados com o maior número de propostas de emenda em 2026 são Louisiana (15), Califórnia (14) e Colorado (14).

Algumas votações são especialmente importantes porque podem afetar eleições futuras nos EUA.

Seis estados - Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Carolina do Norte e Ohio - decidirão, por exemplo, sobre requisitos de identificação do eleitor. Segundo o Ballotpedia, é o maior número de propostas sobre o tema no âmbito estadual em um único ano. De 2004 a 2025, os eleitores decidiram sobre 13 propostas relacionadas, aprovando 10. O recorde anterior em um ano havia sido em 2022, quando os eleitores decidiram sobre três propostas.

Essa tem sido uma pauta que o presidente Donald Trump mobiliza para tentar influenciar o resultado das eleições. O governo federal nos Estados Unidos, porém, não detém competência para organizar as eleições, que são de responsabilidade dos estados.

No geral, as leis estaduais deste ano propõem a obrigatoriedade de apresentação de documento de identidade para votação presencial e por correio, em alguns casos exigindo que esse documento possua foto. Isso pode tornar o voto mais burocrático porque, diferentemente do Brasil, nos EUA não há um documento de identidade nacional.

Outra proposta que tem chamado muita atenção na Califórnia é uma iniciativa popular para criar um imposto (5%) sobre a riqueza dos cerca de 250 bilionários do Estado. Se aprovado, será o primeiro imposto sobre bilionários do mundo, de acordo com The New York Times. A iniciativa rachou democratas californianos; o atual governador, Gavin Newsom -

nome forte do partido para 2028 -, e seu provável sucessor, Xavier Becerra, são contra.

Também em seis estados - Alasca, Arkansas, Kansas, Dakota do Sul e Virgínia Ocidental - haverá votações sobre requisitos de cidadania para votar, todas estabelecendo que apenas cidadãos americanos poderiam participar de eleições estaduais e locais. Desde 1996, há lei federal proibindo que pessoas sem cidadania americana votem para presidente, deputado federal e senador, mas as constituições e legislações estaduais e locais regem também votações para outros cargos.

Além disso, as medidas deste ano fazem parte de uma onda recente de propostas reforçando requisitos de cidadania para votar. Esse é outro tema caro a Trump, que acusa, sem provas, milhares de não americanos de irem às urnas.

As medidas estaduais têm caminhado consistentemente no sentido de limitar o voto a cidadãos. Segundo o Ballotpedia, entre 2018 e 2025, eleitores decidiram sobre 15 dessas propostas - oito só em 2024 - e aprovaram todas, com média de 73% de votos a favor.

Há também este ano um número historicamente alto de propostas relacionadas a políticas habitacionais, em um contexto em que a capacidade de arcar com esses custos se tornou tema importante nas eleições de meio de mandato.

Segundo relatório do Niskanen Center, o preço médio de uma casa nos EUA é, atualmente, cinco vezes a renda familiar média americana, e

quase metade (49%) dos inquilinos estão sobrecarregados com custos de aluguel - ou seja, gastam mais de 30% de sua renda com moradia.

No Havaí, onde a votação ocorre inteiramente por correio, eleitores decidirão se o Legislativo poderá permitir que condados e municípios emitam títulos de dívida destinados a infraestrutura habitacional. A proposta estabelece que esses títulos sejam pagos com receitas de **impostos** sobre imóveis.

Quatro estados decidirão ainda sobre propostas relacionadas a políticas de aborto: três garantindo o

direito (Nevada, Virgínia e Idaho) e um (Missouri) revogando direito aprovado em 2024. As eleições daquele ano registraram um recorde de votações relacionadas ao tema, na esteira da derrubada, pela Suprema Corte, da garantia do aborto como um direito federal, em 2022.

Este ano, o Missouri também terá uma votação importante sobre redesenho distrital, envolta em controvérsias e guerras judiciais. A dois meses das eleições, a Suprema Corte dos EUA confirmou o entendimento da Justiça estadual de que o Estado deve usar o mapa eleitoral de 2022 para a eleição de novembro, em vez do mapa aprovado pelos legisladores

em dezembro de 2025. O novo mapa divide partes de Kansas City, integrando-as a distritos rurais vizinhos e aumentando a proporção de distritos a favor dos republicanos, de seis a dois para sete a um.

"Os democratas, que se opunham ao novo mapa, coletaram assinaturas para incluir uma proposta de emenda constitucional na cédula eleitoral de novembro, visando o retorno ao mapa de 2022. E, de acordo com a legislação do Missouri, se uma lei é aprovada, mas houver uma petição com número suficiente de pessoas para incluir a questão na cédula, a lei é suspensa", explica Joshua Douglas, professor e vice-reitor de pesquisa na Faculdade de Direito da Universidade de Kentucky.

Outros dois estados (Maryland e Colorado) decidirão sobre temas relacionados a regras para o desenho distrital, o que não costuma acontecer no meio da década com a intensidade observada desta vez. No Colorado, uma iniciativa popular colocada na cédula busca determinar que qualquer redistritamento feito no meio da década passe, obrigatoriamente, pela aprovação de uma comissão independente e da Suprema Corte do Colorado, proibindo mapas desenhados

propositalmente para favorecer um partido político.

Eleitores em oito estados - Ohio, Illinois, Wisconsin, Kansas, Califórnia, Michigan, Nevada e Flórida - decidirão ainda sobre 34 propostas relativas a data centers.

Apenas Ohio concentra 20 delas. A rejeição a data centers é um dos principais temas da campanha democrata ao Senado no Estado, onde o partido passou a ter chance real de desbancar o candidato republicano na terra do vice-presidente J.D. Vance. Trump teve de ir a Ohio no início deste mês - e Vance volta esta semana - para tentar impulsionar a campanha de Jon Husted. Mas Trump acabou

defendendo os centros de dados durante comício, enquanto Husted busca se afastar do tema, após ter sido grande entusiasta.

Segundo o Ballotpedia, cerca de 80% das propostas sobre data centers chegaram a votação por meio de iniciativas populares, demonstrando como o assunto ganhou apelo nesta eleição. As medidas incluem proibições totais, moratórias temporárias, decisões sobre zoneamento, aprovações específicas para determinados projetos, exigências de aprovação futura pelos eleitores e consultas populares.

O problema ambiental dos data centers

Bruno Pileggi

A aprovação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata) representa um dos movimentos mais ambiciosos da política industrial brasileira dos últimos anos. O programa cria incentivos fiscais relevantes para a instalação e expansão de data centers no país, suspendendo tributos incidentes sobre equipamentos e componentes essenciais à infraestrutura digital. O objetivo é claro: posicionar o Brasil como destino global para investimentos em inteligência artificial, computação em nuvem e processamento de dados.

MAGNIFIC

A narrativa econômica é conhecida. O Brasil possui abundância relativa de energia renovável, mercado consumidor expressivo, conectividade internacional crescente e proximidade com centros urbanos relevantes da América Latina. Em um mundo cada vez mais dependente de infraestrutura digital, parece natural que o país pretenda capturar parte dos investimentos bilionários associados à nova corrida da inteligência artificial.

Mas há uma questão que permanece menos explorada: a aprovação do Redata não encerra a discussão regulatória sobre data centers. Na verdade, inaugura uma agenda muito mais complexa. A pergunta relevante já não é se o Brasil conseguirá atrair data centers. A pergunta é se conseguirá fazê-lo sem reproduzir conflitos ambientais, energéticos e territoriais que já começam a surgir em outras jurisdições.

A experiência internacional mostra que data centers raramente geram controvérsias por suas emissões atmosféricas diretas. Os desafios costumam ser outros. O consumo intensivo de energia elétrica, a demanda por água para resfriamento, a necessidade de infraestrutura de transmissão, os geradores de contingência movidos a combustíveis fósseis, a ocupação de grandes áreas urbanas e os impactos sistêmicos sobre a infraestrutura regional passam a ser os principais pontos de atenção.

Esse debate não é teórico. Na América do Norte, Europa e em partes da América Latina, por exemplo, a expansão acelerada dos data centers já desencadeou discussões sobre segurança hídrica, aumento da demanda elétrica e competição por recursos energéticos. Em determinadas localidades, projetos

foram atrasados ou redimensionados justamente por preocupações relacionadas à disponibilidade de energia e água.

O Redata reconhece parte dessa realidade ao exigir contrapartidas ambientais para acesso aos incentivos fiscais. Entre elas estão obrigações relacionadas ao uso de energia de fontes renováveis ou de baixa emissão de carbono, além da observância de indicadores de eficiência hídrica.

O problema é que a redação aprovada acabou deslocando o foco do debate.

Durante a tramitação legislativa, a exigência original de abastecimento por fontes "limpas ou renováveis" foi substituída pela expressão "fontes renováveis ou de baixa emissão". A alteração foi suficiente para abrir uma discussão que permanecerá viva durante toda a etapa de regulamentação: afinal, o que será considerado uma fonte de baixa emissão para fins de enquadramento no regime?

A resposta tem implicações muito além do setor energético.

Parte do mercado entende que a nova redação pode permitir o enquadramento de empreendimentos abastecidos por gás natural, desde que observados critérios de emissões e segurança energética. Entidades ligadas ao setor de gás defendem justamente essa interpretação, argumentando que infraestruturas críticas como data centers necessitam de fontes firmes e despacháveis para garantir estabilidade operacional.

Por outro lado, representantes do setor de energias renováveis sustentam que a flexibilização pode comprometer o diferencial competitivo brasileiro justamente em um momento em que investidores internacionais procuram operações associadas a matrizes energéticas efetivamente renováveis.

É uma discussão legítima. Mas talvez ela desvie a atenção do que realmente importa.

A grande oportunidade regulatória brasileira não está em decidir se um data center pode ou não utilizar gás natural como fonte complementar. Ela está em definir critérios ambientais claros, previsíveis e tecnicamente proporcionais para implantação desses empreendimentos.

Hoje, o licenciamento ambiental de data centers continua sendo conduzido, na maior parte do país, com base em regras concebidas para outras tipologias de atividades econômicas. Em muitos Estados inexistem critérios específicos que permitam distinguir empreendimentos de diferentes portes, tecnologias de resfriamento, demandas hídricas ou cargas energéticas.

O resultado é previsível: insegurança jurídica.

Empreendimentos substancialmente semelhantes podem receber tratamentos distintos a depender do ente licenciador, do município ou mesmo da interpretação adotada pelo órgão ambiental competente.

Para um setor que decide investimentos a partir de horizonte de vinte ou trinta anos, previsibilidade regulatória vale tanto quanto incentivo tributário. Sob essa perspectiva, talvez o Redata deva ser visto menos como uma política fiscal e mais como um gatilho para a construção de uma nova regulação ambiental da infraestrutura digital.

A agenda que se abre é extensa. Será necessário discutir critérios de eficiência energética e hídrica. Será necessário definir parâmetros para uso de água em regiões sujeitas a estresse hídrico. Será necessário estabelecer diretrizes para instalação em áreas ambientalmente sensíveis, avaliar impactos cumulativos sobre redes elétricas e disciplinar exigências relacionadas ao armazenamento de combustíveis para sistemas de contingência.

Também será indispensável enfrentar uma questão frequentemente negligenciada: a governança socioambiental da cadeia digital. A inteligência artificial costuma ser apresentada como uma tecnologia imaterial. Não é.

Por trás de cada modelo de IA existe uma infraestrutura física formada por linhas de transmissão, subestações, sistemas de refrigeração, servidores, cabos submarinos, geradores e grandes áreas destinadas ao processamento de dados. A economia digital continua dependente de recursos naturais. Apenas mudou a forma como os consome.

O Redata cria uma oportunidade singular para que o Brasil ocupe posição estratégica nesse mercado global. Mas essa oportunidade não será capturada apenas por meio de benefícios fiscais.

Os países que liderarão a próxima geração de infraestrutura digital serão aqueles capazes de oferecer simultaneamente três elementos: energia competitiva, segurança regulatória e credibilidade

ambiental.

O primeiro requisito o Brasil já possui. Os outros dois ainda estão em construção. E é justamente aí que começa a verdadeira discussão.

Bruno Vinciprova Pileggi

Questão fiscal dá força a debate sobre revisão do papel do BNDES

**PAULA MARTINI PROGRAMAS NÃO TRAZEM
DETALHES SOBRE PLANOS PARA BNDES. PÁG. B2**

Avaliação é de que dilema entre estimular investimentos e conter gastos será crucial para futuro do banco, influenciando política econômica do próximo governo

Da página A1 Ampliar o crédito para estimular novos investimentos na economia ou conter os gastos para enfrentar o endividamento público, que é uma das principais preocupações dos economistas? O dilema estará na mesa do próximo presidente da República e deve balizar o futuro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seja sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou de Flávio Bolsonaro (PL).

Para analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, uma eventual ampliação do crédito público também pode entrar em conflito com a política monetária do Banco Central, que ainda tenta consolidar uma curva decrescente para a **inflação**. A atual gestão do BNDES tem sustentado que a maior parte dos financiamentos é concedida a taxas de mercado e que, neste sentido, o banco atua de forma complementar ao setor privado, e não como substituto. Procurado pela reportagem, o BNDES não se manifestou sobre o assunto.

A analista de macroeconomia da InvestSmart XP, Sara Paixão, afirma que a preocupação do mercado não é ampliar o volume de crédito a qualquer custo, mas garantir retornos sustentáveis no longo prazo.

"O grande desafio é pensar em como vamos ter um banco focado em elevar estruturalmente a infraestrutura do Brasil, mas, ao mesmo tempo, dentro de um governo que precisa obrigatoriamente fazer um ajuste fiscal", afirma a analista.

Avaliação semelhante é feita por Rodrigo Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado. Para ele, o endividamento do País exigirá um ajuste fiscal rigoroso, independentemente de quem vencer a eleição.

"Nem Lula nem Flávio terão margem para usar o BNDES com folga orçamentária, porque o Orçamento do Brasil estará absolutamente comprometido. A

situação vai ser de ajuste fiscal muito pesado, seja o governo que for", diz.

Para a diretora de macroeconomia para Brasil no UBS GWM, Solange Srouf, a expansão do crédito subsidiado pode produzir um duplo efeito negativo: pressionar a dívida pública e reduzir a eficácia da política monetária no combate à **inflação**. Isso porque os setores beneficiados por financiamentos com juros favorecidos ficam menos expostos aos efeitos da alta da taxa Selic.

"Um crescimento do BNDES vai acabar impondo mais custo fiscal e impor um peso à política monetária porque você tem uma parcela da economia que fica praticamente imune à política monetária, porque está vivendo no crédito subsidiado", argumenta ela.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia argentina encolhe 1,7% em agosto

Retração ocorre na comparação com igual período de 2025. Frente ao mês anterior, o crescimento é de apenas 0,1%. Economistas já consideram provável que o país entre em uma recessão técnica no terceiro trimestre

Da página 1 A economia da Argentina registrou uma ligeira recuperação em agosto, depois de uma queda muito acentuada em julho, mas o crescimento continua fraco neste semestre. A atividade econômica avançou somente 0,1% em agosto em relação ao mês anterior, bem abaixo da estimativa mediana de 1,5% dos analistas consultados pela Bloomberg. Na comparação com o mesmo mês de 2025, a segunda maior economia da América do Sul encolheu 1,7%, informou ontem o governo argentino.

Em uma notícia positiva para o presidente Javier Milei, os salários do setor privado formal argentino superaram a **inflação** em agosto pelo terceiro mês consecutivo, um sinal favorável para o consumo à frente.

SEM COMPENSAÇÃO

O crescimento mais lento e a perda de empregos na economia formal estão corroendo os ganhos políticos que Milei esperava obter com a redução da **inflação**, sua principal conquista. O Produto Interno Bruto (**PIB**) encolheu no segundo trimestre e deve voltar a cair no terceiro, o que caracterizaria uma recessão técnica. Para que isso não ocorra, a economia teria de crescer 8,6% em setembro.

- Os dados de agosto não proporcionaram alívio da queda de julho, o que deixa a economia argentina quase 3% abaixo do patamar do segundo trimestre. Isso a coloca no caminho de uma retração trimestral, consistente com uma recessão técnica -disse Jimena Zúñiga, analista geoeconômica de América Latina da Bloomberg Economics.

De acordo com o Indec (o IBGE argentino), no acumulado de janeiro a agosto, o crescimento da atividade econômica está em 1,2%, contra 1,7% um mês antes, informou o jornal argentino La Nación.

O Indec também revisou os dados de julho, de uma retração de 2,9% para uma queda de 2,8% em relação a junho, o pior desempenho em um único mês desde a pandemia. Na comparação anual, no entanto, o recuo passou de 1,4% para 1,5%.

Uma disparada das exportações, liderada pelos setores de energia e agricultura, está impulsionando o crescimento argentino. Porém, a retração prolongada da indústria, do setor da construção e do varejo tem reduzido o impacto dessa expansão.

- Os setores dinâmicos (energia e mineração) sustentam parte da atividade, mas não conseguem compensar a queda daqueles vinculados ao mercado interno, que explicam a maior parte da contração - disse ao La Nación a economista Paloma Quadrana, da consultoria Abeceb.

NO ANO, "1% OU MENOS"

A um ano das próximas eleições presidenciais, os investidores acompanham de perto o crescimento e o mercado de trabalho da Argentina, que sinalizariam as chances de Milei se reeleger. Sua taxa de aprovação está estável em 39% nos últimos meses, segundo o LatAm Pulse, pesquisa realizada pelo Atlas Intel para a Bloomberg News.

Os analistas consultados pelo Banco Central da Argentina no mês passado projetaram crescimento de 1,5% em 2026, menos da metade dos 3,2% previstos no início do ano. Para o economista Lorenzo Sigaut Gravina, da consultoria Equilibra, o mais provável é fechar o ano com expansão "de 1% ou menos":

- Isso porque contamos com a locomotiva da mineração, da energia e da agroindústria -disse ele ao La Nación.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Risco de bolha em IA e questão fiscal são perigo maior que alta de juro nos EUA

"Empilhamento de empresas e países pode significar problema quando esse mercado der uma engasgada"
Lívio Ribeiro

A pressão sobre os juros de longo prazo globais provocadas pelos investimentos em inteligência artificial (IA) e pelas preocupações sobre a dinâmica fiscal dos últimos anos são uma fonte maior de risco para os mercados do que a postura mais austera por parte do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos.

A edição de outubro do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), chama atenção para o fato de que o atual ciclo e investimentos em IA guarda semelhanças ou até supera outros momentos em que a inovação tecnológica levou euforia aos mercados, com investimentos que muitas vezes se mostraram excessivos.

"Episódios como a febre de investimentos em ferrovias no Reino Unido e depois nos Estados Unidos e, mais recentemente, a revolução da telecomunicação tiveram traços comuns altamente relevantes, deram origem a bolhas financeiras", comenta o pesquisador do Ibre e ex-diretor do Banco Central, José Júlio Senna. "Por outro lado, seus benefícios para a sociedade não sumiram quando ela furou. Ou seja, não é porque foi uma bolha que não trouxe benefícios à sociedade. Mas é fato que pode haver algum retrocesso, revezes para alguns atores. As empresas que saem na frente não necessariamente se mantêm na frente o tempo todo, e o fato de gerarem produtividade não garante a sobrevivência de todas."

No cenário atual, Senna cita como preocupação não apenas que essas empresas estão se endividando cada vez mais para manter o ritmo de investimento - segundo o Financial Times, a emissão de dívida ligada à IA chegou a US\$ 466 bilhões no ano até outubro, contra US\$ 101 bilhões no mesmo período do ano passado - mas também o fato de que o segmento é marcado por relações cruzadas entre um punhado de empresas, muitas são clientes e investidoras entre si.

Essa interdependência e circularidade de investimentos traz alguns complicadores, prossegue, como a tendência a sobrestimar a receita futura, dificultar a análise de crédito por parte dos demais

investidores. Tal situação também cria riscos desproporcionais em momentos de reversão. "Se A investe em B e ao mesmo tempo é fornecedor de B, um choque adverso traz prejuízo duplo para a empresa A, que perde o investimento e deixa de ter a receita dos serviços que vende para a empresa que foi afetada", afirma.

Senna chama atenção para um estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) apontando que, de 2021 para cá, 29% das aquisições no setor ocorreram entre empresas de IA. Em volume de investimentos, essa parcela chega a 55%. Ao mesmo tempo, 16% das aquisições ou 46% do volume de investimentos ocorreram entre companhias relações comerciais já estabelecidas.

O receio com a interdependência dessas empresas ganha outra dimensão quando se coloca em

perspectiva a importância atual do setor na economia americana, diz Senna. Olhando para as bolsas americanas, o S P 500 acumulou valorização de 63% desde 2021 até meados de outubro. Se adotado o S P Equal Weight - em que cada papel do índice têm o mesmo peso -, o ganho é muito menor, de 30%. "Em setembro, três quartos das ações do índice registraram perdas. Os ganhos ficaram acumulados sobretudo nos papéis de tecnologia e energia", diz Senna. Para ele, o consumo robusto das famílias americanas tem sido sustentado sobretudo pelos ganhos obtidos no mercado acionário.

Dados do escritório da estatística dos EUA indicam que o forte crescimento investimento em capital fixo é puxado, sobretudo, pelo setor. Só no primeiro e segundo trimestres de 2026, o investimento intangível cresceu 22,2% e 8,7%,

enquanto os investimentos tangíveis caíram 10,1% no primeiro e subiram 6,5% no segundo trimestre.

Estudo feito pela consultoria Bain e citado pelo Financial Times mostra que os investimentos em infraestrutura no setor podem chegar a US\$ 1,5 trilhão até 2031. Para serem sustentáveis, diz a consultoria, eles exigiram um mercado de US\$ 6 trilhões, o equivalente a todo o **PIB** do Reino Unido.

"Mesmo que, no agregado, o boom de investimentos

tenha resultados positivos para a economia, a eventual consolidação ainda pode ser muito prejudicial. E, olhando os números, me parece, sim, que a bolsa americana está esticada", pondera o também pesquisador do Ibre e chefe de estudos macroeconômicos do banco BTG, Samuel Pessôa.

Ele chama atenção para um estudo recente divulgado no jornal acadêmico Brookings Papers projetando que a atual demanda de investimentos em IA deve ultrapassar mesmo a "railway mania" do século XIX, consumindo 3,63% do **PIB** até 2031, contra 2,24% daquele ciclo. "Isso a expõe a riscos. Um deles é a China avançar na direção de oferecer esses serviços de forma gratuita ou muito mais barata. Com tamanha dependência da demanda agregada deste setor, se houver frustração importante, pode ocorrer uma virada

na bolsa e uma reversão cíclica relevante da economia."

Senna pondera que a alta demanda do setor de IA por crédito não é o único fator por trás do aumento dos juros longos globais. Desde a pandemia, em 2021, o que temos visto é uma deterioração fiscal das principais economias, o que tem levado investidores a cobrar mais prêmio pelos títulos desses países, com efeito cascata sobre as economias emergentes.

"A França é quem está no centro das atenções no momento, por causa das manifestações recentes, e há quem diga que ela é o patinho feio do mundo avançado. Aqui, talvez, exista um pouco de exagero", diz Senna, argumentando que mesmo diante da crise política atual, as taxas dos contratos de Credit Default Swap (CDS, uma proteção contra o calote) dos títulos de cinco anos franceses seguem muito abaixo dos registrados por papéis da Grécia no auge da crise do euro, na década de 2010.

Senna argumenta que o episódio foi debelado com ajuda à Grécia e outros países endividados capitaneada pelo Banco Central Europeu (BCE) e Alemanha, mas que os países tiveram que contribuir com algum esforço fiscal para saírem da crise. A França, além de ter déficit nominal significativo, superior a 5% do **PIB**, é uma economia muito maior que a dos países resgatados.

Recentemente, o governo francês adiou a entrada em vigor da reforma da previdência que elevava a idade mínima de 62 anos e 9 meses para 64 anos. Marine Le Pen, a candidata da ultradireita francesa, já prometeu que irá abandonar o projeto se eleita.

Sócio da consultoria BRGC e pesquisador do Ibre, Lívio Ribeiro chama atenção para outros potenciais gatilhos de reversão desse ciclo. "Na China, o

investimento em IA não tem muita preocupação com energia, já que o país é quem mais comissiona usinas no planeta. A preocupação é a água necessária para os sistemas de refrigeração. Essa pode se tornar uma restrição cada vez mais importante adiante", diz.

O pesquisador também cita ainda o risco de que o gigante asiático restrinja acesso a terras raras e que os próprios guidances trimestrais dessas empresas possam se tornar eventos relevantes.

"Falando em investimento circular, é bom lembrar também que essas empresas estão concentradas em um número pequeno de países. Não é à toa que o superávit sulcoreano com os EUA nunca foi tão grande. Coreia do Sul e Taiwan fornecem chips para essa indústria e o empilhamento de empresas e países pode significar um problema grande quando esse mercado der uma engasgada."

Carta a Alckmin cobra ajuste fiscal e reformas

"Precisamos prosperar com senso de urgência. Isso exige investimento" José César Martins

Em um sinal de apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o movimento Derrubando Muros, que reúne empresários, economistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil, entregou na quarta-feira (21) ao vice-presidente Geraldo Alckmin uma carta com propostas econômicas e institucionais para um eventual novo mandato. Entre os compromissos cobrados estão limitar a 1,5% ao ano o crescimento real das despesas federais, alcançar superávit primário de 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até o fim do mandato e promover uma reforma do sistema de Justiça, com mandatos fixos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e restrições ao foro privilegiado.

A carta, à qual o Valor teve acesso, não declara formalmente apoio eleitoral a Lula, mas representa um gesto político do movimento às vésperas do segundo turno. Uma iniciativa semelhante não será dirigida ao adversário do petista, Flávio Bolsonaro (PL), apurou o Valor. A decisão está relacionada à defesa do Estado Democrático de Direito, princípio que orienta a atuação do grupo, que considera que o ex-presidente Jair Bolsonaro atentou contra as instituições democráticas.

Criado em 2019, o Derrubando Muros surgiu com o propósito de defender a democracia e promover o diálogo entre diferentes setores da sociedade. O movimento reúne integrantes com diferentes visões políticas e econômicas.

O encontro com Alckmin que ocorreu na tarde de quarta-feira (21) teve como pauta a política econômica, os investimentos e a política industrial. Em nota divulgada após a reunião, o movimento afirmou que apresentou ao presidente, por intermédio do vice-presidente, uma agenda de compromissos concretos para enfrentar os obstáculos ao crescimento brasileiro. "O Brasil tem diante de si uma oportunidade extraordinária de crescimento e prosperidade, mas corre o risco de desperdiçá-la. Temos vantagens competitivas claras, mas investimos pouco, convivemos com insegurança jurídica e baixa produtividade", afirma a nota.

Intitulada "Um compromisso com a prosperidade econômica do Brasil", a carta apresenta seis eixos de

atuação, que abrangem responsabilidade fiscal, segurança jurídica, competitividade, tecnologia, meio ambiente e inclusão social. O grupo pede que Lula assuma publicamente essa agenda, começando pelo equilíbrio das contas públicas e pela previsibilidade das regras para investimentos.

O documento também aponta a necessidade de prazos. Nos primeiros cem dias de um eventual novo governo, o presidente deveria apresentar um plano fiscal de quatro anos e as alterações legais e constitucionais necessárias à sua implementação. A proposta prevê a formação de equipes técnicas e apartidárias, com autoridade para executar as medidas, além de indicadores públicos para acompanhar os resultados.

Na nota divulgada após o encontro, o Derrubando Muros reforçou que a agenda depende de uma mudança na capacidade de execução do Estado. "Essa agenda tem um fundamento inegociável: o respeito ao Estado Democrático de Direito e à independência das instituições. Mas exige, sobretudo, execução: um choque de gestão com metas verificáveis, prazos, responsáveis, transparência e prestação de contas."

O movimento também defendeu que o governo crie condições para ampliar a participação do setor privado nos investimentos. "Queremos um Estado que entregue resultados, corrija rumos e crie condições para o setor privado investir, inovar e gerar riqueza. Os diagnósticos estão prontos. É hora de transformar compromissos em entregas, não anúncios."

O documento cita o potencial brasileiro em alimentos, energia renovável, mineração, indústria e recursos naturais, mas aponta que a taxa de investimento ficou em apenas 16,8% do **PIB** em 2025.

Para José César Martins, coordenador do Derrubando Muros, a retomada do investimento precisa ser tratada como prioridade nacional. "Precisamos prosperar com senso de urgência. Isso exige investimento, e investimento não se decreta." Martins compara o desempenho brasileiro ao de outras economias emergentes. "Em 2025, o Brasil investiu 16,8% do **PIB**. É muito pouco. Países que decidiram prosperar investem quase o dobro disso. Vietnã e Indonésia, hoje com renda menor que a nossa, investem 30%. O

Chile, 23%."

A mudança desse cenário, segundo ele, depende de condições mais favoráveis à atividade privada. "Nossa carta propõe o caminho para mudar isso: custo do capital menor, regras estáveis que tragam previsibilidade aos negócios e prioridade para o empreendedorismo que começa de baixo."

A responsabilidade fiscal ocupa o primeiro lugar entre os seis compromissos apresentados. O movimento propõe limitar a expansão real das despesas federais a 1,5% ao ano, alcançar superávit primário de 1,5% do **PIB** até o fim do mandato e reduzir as renúncias fiscais em 1,5 ponto percentual do **PIB**. As metas representam uma cobrança por maior disciplina orçamentária, acompanhada da preservação do valor real do salário mínimo e do Bolsa Família.

Grupo propõe a candidatos "Plano Real" para os juros

"Um governo não é apenas seu presidente" Grupo Parlatório

Um grupo de empresários, executivos e ex-integrantes de governos, coordenado pelo economista Roberto Giannetti da Fonseca, elaborou uma carta de compromissos aos presidentiáveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). O documento propõe desde mudanças nas regras de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) até um "Plano Real" para os juros, com foco na redução da taxa básica Selic baseada em medidas de responsabilidade fiscal.

Batizado de Grupo Parlatório, o coletivo reúne mais de 380 empresários e representantes da sociedade civil. Entre os colaboradores da carta estão o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, a educadora Viviane Senna, o expresidente da Petrobras Jean Paul Prates, a especialista em segurança Ilona Szabó, a cientista Natalia Pasternak e o embaixador Rubens Barbosa. A coordenação técnica ficou com Giannetti. O documento também contou com contribuições do general Otávio Rego Barros, do almirante Ilques Barbosa Jr., da ex-secretária Patrícia Audi e também do empresário Roberto Klabin.

Nesta quinta-feira (22), o vicepresidente Geraldo Alckmin (PSB), acompanhado das ex-candidatas Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), e outros representantes receberão a carta em um ato em nome da campanha de Lula. Procurado pelo Valor, Giannetti disse que a campanha de Flávio não respondeu à solicitação de entrega do documento. A campanha do senador não respondeu sobre o recebimento da carta até o fechamento da edição.

Com 14 eixos, o texto apresenta recomendações para o governo que assumirá em janeiro de 2027. No primeiro, dedicado à democracia e às instituições, pede respeito ao resultado eleitoral e à autonomia dos Poderes. Também

defende rever o processo de indicação ao STF já em janeiro e encaminhar uma **reforma política** no primeiro semestre de 2027, com extinção da reeleição, adoção do voto distrital misto e redução do financiamento público de campanhas nas eleições.

No trecho sobre economia, responsabilidade fiscal e tributação, o grupo propõe superávit primário de ao menos 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027 e dívida bruta inferior a 70% do **PIB** em 2030. Sugere ainda combater privilégios remuneratórios no funcionalismo e evitar aumento da carga tributária. A carta fixa um Plano Real de juros com objetivos de atingir uma taxa básica de juros de 7,5% ao ano e **inflação** de 3% em dezembro de 2027.

"Este compromisso de responsabilidade fiscal deve assegurar condições para que o Tesouro Nacional possa pagar juros mais reduzidos para conseguir se financiar. Não só isso: este cenário de maior credibilidade e previsibilidade das contas públicas pode aliviar a pressão sobre a **inflação** e contribuir para a manutenção da taxa básica de juros (Selic), em nível mais razoável, tornando o crédito mais acessível e moderado para famílias e empresas", diz o documento.

O terceiro eixo, produção, emprego e produtividade, prevê um plano nacional para elevar a eficiência econômica nos cem primeiros dias do mandato. Entre as medidas estão fortalecer a fabricação de fertilizantes no país e preparar trabalhadores para o avanço da Inteligência Artificial (IA). Em educação e formação técnica, quarto eixo da carta, são defendidos mais investimentos públicos em creches, alfabetização, ensino profissionalizante e pesquisa científica.

Na saúde, quinto tema, o documento sugere expandir a distribuição gratuita de remédios pela Farmácia Popular, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e dar maior autonomia ao programa de imunização. A proposta é alcançar até 2030 cobertura de 95% para a maioria das vacinas infantis. Em relações internacionais, sexto eixo, recomenda negociar com os Estados Unidos, ainda em janeiro do próximo ano, uma solução para o conflito comercial e evitar nomeações de parentes de autoridades para chefias diplomáticas.

O sétimo pilar, defesa e soberania, defende orçamento militar equivalente a 2% do **PIB** e maior vigilância das fronteiras com drones. Em desenvolvimento social, oitavo eixo, sugere preservar benefícios assistenciais, criar caminhos de inserção profissional para jovens e reforçar políticas "em prol das Famílias Brasileiras". No

nono, meio ambiente e recursos hídricos, propõe restaurar 15 milhões de hectares de florestas, avançar no mercado de carbono e ampliar a proteção de rios e nascentes.

Os cinco capítulos restantes tratam de energia, cultura e turismo, infraestrutura, segurança pública e reforma administrativa. Entre as sugestões estão manter o controle da União sobre a Petrobras, ampliar concessões, rastrear recursos do crime organizado e diminuir o número de ministérios e órgãos federais.

Na apresentação da carta, os autores afirmam que o país tem a chance de deixar para trás um debate "extremamente polarizado e centrado em pessoas e antagonismos ideológicos" e discutir medidas concretas. A carta ressalta que "um Estado não é um Governo. Um Governo não é apenas seu Presidente" e pede compromissos públicos dos dois candidatos à Presidência com princípios constitucionais.